

# EDITORIAL

---

## Universidade e Amazônia em tempos de incursões fascistas

*Maria Elvira Sá*

*Gilberto Marques*

Entre 10 de maio e meados de junho de 2021, indígenas da Terra Yanomami no estado de Roraima foram alvo de, pelo menos, 23 ataques de garimpeiros, usando diversos armamentos, em geral letais.

Citamos garimpeiros, mas não se deve achar que se trata de trabalhadores pobres e aventureiros em busca de enriquecimento rápido. À frente do conflito há pessoas com esse perfil, mas de fundo quem comanda são “empresários” com grande poder econômico e político, com trânsito facilitado nos espaços de decisão política seja nas esferas locais, seja em Brasília. Por meios supostamente legais e também através do contrabando conseguem colocar o ouro extraído de modo criminoso nos circuitos de comercialização internacional.

O projeto e a intenção governamental de regularizar a extração mineral e territórios indígenas é um passo a mais no sentido de dar ares de legalidade ao crime que se comete diariamente.

O caso do território Yanomami não é um fato isolado. Guardadas as proporções e especificidades, as populações originárias, por exemplo, sofrem com a invasão da mineração no rio Tapajós, agredindo os Munduruku e outros povos; e com a possível entrada de uma grande mineradora transnacional no rio Xingu, já profundamente abalado em função da construção da hidrelétrica Belo Monte.

O território Ka'apor Alto Turiaçu no Maranhão é alvo de invasão de garimpeiros, alguns dos quais prefeitos de municípios que cercam o

território. Algumas mineradoras estão se instalando nas margens do território. Ainda que não estejam formalmente dentro do espaço indígena, a atividade mineradora contamina lençóis freáticos que se estendem pelo território adentro, afugenta animais, atrai contingentes populacionais (gerando mais pressão sobre a terra dos Ka'apor e de outros povos que estão na mesma situação), retira a cobertura vegetal do entorno, diminuindo a umidade na área como um todo e facilitando a proliferação de incêndios que atingem a floresta tão arduamente preservada pelos indígenas.

O avanço da mineração sobre populações tradicionais é uma face de um conjunto de ataques que a região vem sofrendo, por meio dos quais seus recursos naturais são extraídos e, em geral, comercializados nas cadeias de commodities minerais e do agronegócio (MARQUES, 2019). É por isso, que se tem em média 3,5 cabeças de gado bovino para cada pessoa da Amazônia legal. Infelizmente, essa sana devoradora de vida conta com o estímulo federal (e, também em grande medida, governos estaduais e municipais) e é por isso que avança o desmonte de instituições como o Ibama e da legislação ambiental.

A partir de 2013 o desmatamento voltou a crescer na Amazônia brasileira e se acentuou ainda mais no governo Bolsonaro. De acordo com o INPE (também atacado pelo atual presidente da República), entre janeiro e 25 de junho de 2021, o desmatamento na Amazônia Legal correspondeu a duas cidades de São Paulo. Luciana Gatti (GATTI, et al. 2021) constatou que algumas áreas da Amazônia já emitem mais gás carbônico do que conseguem capturar.

O desmatamento vem acompanhado da grilagem de terra, da especulação e dos conflitos fundiários. Certa vez, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, chamou esses grileiros de “piratas fundiários”, expressão que nomina bem quem comete esse crime. Em geral, se apropriam de terras públicas ou indígenas, protocolam um pedido de regularização e com isso (tendo algum documento provisório legal ou forjado) negociam a propriedade com outras pessoas que as regularizarão com o argumento

de que as adquiriam de “boa fé”. O passo seguinte é colocar a terra em produção para os circuitos do agronegócio. Assim, os piratas fundiários, furtam mais do que terra, roubam vida e penhoram o nosso futuro.

O agronegócio saqueia e também e apresenta como extração de recursos naturais, pois se apropria, contamina e esgota (e/ou derruba) rios, lençóis freáticos, solos e floresta. Mas não apenas o agronegócio impõe o saque. A mineradora e ex-estatal Vale demorou 23 anos para extrair 1 bilhão de toneladas de ferro de Carajás. Atualmente, leva, quando muito, um pouco mais de 5 anos para conseguir isso, exportando o minério sem pagar nenhum centavo de ICMS para o estado do Pará sobre o montante exportado. A Vale é a maior, mas há ainda a Hydro, Alcan, Alcoa e outras mais, além da enorme cadeia em torno do ouro e de outros minérios, como é o caso do Urânio comercializado ilegalmente, segundo denúncias que chegam à polícia federal.

Isso tudo configura o que Altvater (1995) definiu como entropia social e Harvey (2004) como acumulação por espoliação, ao mesmo tempo que reforça nossa condição de dependência tal qual Marini (2005) e outros autores precisaram na Teoria Marxista da Dependência. Não é demais afirmar que Marx (1988), base de sustentação para esses autores, tem muito a contribuir para a leitura desses processos e a necessidade de superação dessas contradições, cuja origem é a contradição fundante da sociedade capitalista, qual seja, capital versus trabalho.

E onde é que entra a universidade pública nessa história? Primeiro, no fato de que tal qual a Amazônia, também sofre enormes ataques. A Emenda Constitucional 95 congelou os investimentos sociais por 20 anos (o que na prática significa corte dado o crescimento inflacionário e das despesas). Com Jair Bolsonaro, isso ficou ainda pior porque o contingenciamento e redução do orçamento das universidades federais, que se iniciaram ainda no governo Dilma, foi muito intensificado e passou a ser acompanhado por outros ataques como a imposição de reitores interventores, por exemplo.

As universidades federais precisam de autonomia, o que a própria Constituição Federal já estabelece em seu artigo 207, mas ela tem que estar sustentada no investimento público. Para quê? Para que cumpra sua função social: produzir e disseminar conhecimento/ciência para ser parte da superação de nossas contradições sociais. É nesse sentido que entendemos o papel da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No intervalo de 1990 a 2019 foram aproximadamente 110 mil graduados formados pela UFPA (professores, engenheiros, médicos etc.). Em 2020 foram 6.968 vagas de graduação preenchidas no processo seletivo (vestibular/Enem) e mais 1.112 vagas no processo seletivo especial (onde ocorre, por exemplo, o processo seletivo para indígenas e quilombolas). Em meio à profundidade da pandemia da Covid-19, a UFPA esteve com 34.960 (3.069 concluintes) estudantes de graduação matriculados em 2020, com 10.687 discentes de pós-graduação (dos quais 2.706 de doutorado) – entre os quais 1.998 concluíram seus cursos no ano em questão. Nos anos anteriores à pandemia esses números eram mais expressivos ainda.

E qual o perfil desses estudantes da UFPA? É verdade que só consegue entrar na universidade pública quem faz parte de famílias de renda elevada? Criado em 2005 (mas com as primeiras entradas em 2008) o sistema de cotas destinou 50% das vagas de graduação para alunos da rede pública (com 40% para autodeclarados negros, pardos e indígenas). As cotas não são solução, mas ajudam a democratizar a universidade. Pesquisa da Andifes (2018) concluiu que mais de 80% dos graduandos da UFPA compunham famílias com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo e 78,4% do total de estudantes da instituição se autodeclaravam pretos, pardos, amarelos, quilombolas e indígenas.

Nos piores momentos da pandemia a UFPA (destacadamente sua comunidade universitária) cumpriu um relevante papel, colocando o Hospital Barros Barreto na linha de frente do combate à doença, no que foi acompanhado por laboratórios e projetos diversos dos seus 12 *campi*, 15 institutos, 8 núcleos, 1 escola de aplicação, além do hospital Bettina Ferro.

Dezenas de docentes e técnico-administrativos faleceram vítimas da doença, alguns contaminados em função do atendimento à população infectada. Evidentemente, isso tudo sobrecarregou ainda mais as atividades que já estavam intensificadas frente aos recursos orçamentários e de pessoal. Para citarmos um caso apenas, em 2018 os dois hospitais universitários procederam 221.568 consultas e 4.460 cirurgias.

As universidades estão longe de ser as instituições que almejamos. A luta dos sindicatos e de entidades estudantis contra o governo e muitas administrações superiores é uma das expressões desse desafio. Os conflitos e interesses presentes na sociedade também nos permeiam, e nem sempre suas ações tomam os oprimidos como prioridade. Mas isso é parte da disputa que travamos dentro e fora dessas instituições. Apesar disso, universidade pública é ciência, luta e resistência. É esperança. E, no caso da UFPA (onde orgulhosamente nós do ICSA nos encontramos), é Amazônia. As mesmas Amazônia, resistência e esperança presentes nas mulheres Munduruku defendendo seu território contra os garimpeiros, nos Ka'apor preservando a floresta contra madeireiros e mineradoras, nos agricultores (as) de Anapu mantendo vivo o legado da missionária Dorothy Stang contra grileiros de terras, nos ribeirinhos de Abaetetuba lutando contra a construção do porto da Cargill e nos trabalhadores e trabalhadoras de nossas cidades que levantam todos os dias e enfrentam os desafios que se apresentam.

É com esse sentimento que apresentamos este número da revista Conexões. A temática amazônica está fortemente abordada nos trabalhos de Adriana Santos, Amazônia: o território indígena Waimiri-Atroari entre guerras coloniais; e de Walter Chile e Ademir Azevedo, Porto da Cargill: uma nova espada de Dâmocles sobre a Amazônia brasileira. As lutas e contradições de trabalhadoras(es) invisibilizadas, tal qual os imigrantes e domésticos, está presente nos artigos de Francilene Costa et al, Organização coletiva, luta por direitos e o trabalho doméstico remunerado no Brasil; e de Angélica Gonçalves e Marcel Hazeu, Políticas (anti) migratórias no Brasil:

a produção da nova lei de migração. Por fim, as relações socioeconômicas entre a América Latina e as economias centrais são abordadas nos trabalhos de José Daniel Gómez, *La penetración del capital empresarial español en Latinoamérica*; e de Wendell Magalhães, *Padrão de reprodução do capital, superexploração do trabalho e extração do mais-valor na economia dependente*, segundo Ruy Mauro Marini. Boa leitura.

## REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elma. *O preço da riqueza*. São Paulo: Unesp, 1995.

GATTI, L.V., BASSO, L.S., MILLER, J.B. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature* 595, 388–393 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARINI, Ruy M. *Dialética da Dependência*. In: STEDILE, João P. e TRASPADINI, Roberta (orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Gilberto. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.